

Nota Breve 02.10.2026

Portugal – Saldo orçamental diminui ligeiramente em agosto, mas mantém-se positivo (contabilidade pública)

Resumo

- Em contabilidade pública, o saldo orçamental das Administrações Públicas registou um excedente equivalente a 0.1% do PIB no acumulado do ano até agosto¹, um resultado mais modesto quando comparado com os 1.0% registados em igual período de 2025, na mesma ótica. Esta deterioração do saldo orçamental resulta de um aumento da despesa largamente superior ao da receita.

Avaliação

- Os dados consolidados da execução orçamental (na ótica de caixa) revelam um excedente orçamental de 249.3 milhões de euros, o equivalente a 0.1% do PIB no acumulado dos primeiros oito meses do ano, o que compara com um saldo positivo de 1.0% em igual período de 2025 (o equivalente a 2,049 milhões de euros). Este comportamento deriva do facto de a despesa continuar a crescer mais rapidamente que a receita (10.4% e 7.9% homólogo, respetivamente).

- No acumulado do ano até agosto, a receita fiscal e contributiva registou um aumento homólogo de 3,700 milhões de euros, explicando 58% do aumento da receita total (7.9% ou 6,378 milhões de euros). O incremento na receita fiscal (4.9% homólogo) foi justificado principalmente pela execução do IVA (8.8%, cerca de 1,316 milhões de euros, contribuindo com 1.6 p.p. para variação

Execução Orçamental: variação homóloga das principais rubricas

	Variação homóloga (milhões de euros)	Variação homóloga (%)	Contribuição relativa p/ variação da receita/despesa (%)
Receita	6 378,1	7,9	-
Receita Fiscal	2 174,5	4,9	34
Contribuições de Segurança Social	1 525,8	6,8	24
Outras receitas correntes	1 760,3	15,4	28
Receita de capital	917,5	39,1	14
Despesa	8 393,5	10,7	-
Despesas com o pessoal	1 083,1	5,5	13
Aquisição de bens e serviços	1 950,0	18,3	23
Juros e outros encargos	490,4	10,4	6
Transferências correntes	1 858,0	5,3	22
Subsídios	212,9	13,5	3
Outras despesas correntes	10,6	2,7	0
Investimentos	2 217,5	47,5	26
Saldo global	-1 799,4	-87,8	-
Despesa primária	7 721,1	10,4	-
Saldo corrente	71,5	1,3	-
Saldo primário	-1 309,0	-19,3	-
Despesa corrente primária	4 932,6	7,3	-

Fonte: BPI Research, com base nos dados da EO.

homóloga na receita total) e IRS (7.1%, cerca de 930 milhões, contribuindo com 1.2 p.p.); e limitado pelas variações no IRC (-5.7% ou -296 milhões) e ISP (-3.9% ou -98 milhões); por sua vez as contribuições para sistemas de proteção social subiram 6.8% (1,526 milhões, cujo contributo para a variação total foi de 1.9 p.p.). Entre as receitas não fiscais e não contributivas, que aumentaram 19.6%, destacaram-se as transferências (31.2%) e os rendimentos de propriedade (28.4%). A receita fiscal tornou-se a principal rubrica agregada em termos de contributos, associando-se à robustez do mercado de trabalho e, consequentemente, ao crescimento do rendimento e do consumo das famílias. Apesar disso, as outras receitas correntes continuam a contribuir de forma relevante para a execução (15,4% homólogo ou +1,760 milhões), nomeadamente devido ao recebimento de dividendos da CGD em junho (quase 990 milhões de euros em 2026, face a cerca de 672 milhões em 2025) e aos juros auferidos pela Segurança Social (cerca de 145 milhões, em grande parte associados às carteiras de ativos do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS38) e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), o que se justificou principalmente via aumento dos saldos médios de depósitos à ordem).

- A despesa aumentou 10.7% (8,394 milhões de euros) e as rubricas explicativas continuam com a mesma dinâmica. Assim, a despesa pública aumentou 10.7% (+8,393.5 milhões de euros), destacando-se a aquisição de bens & serviços, as transferências correntes e o investimento. No primeiro caso, e tal como

¹ De acordo com os nossos cálculos e considerando a previsão do BPI Research para o PIB em 2026.

no mês anterior, o aumento de 1,950 milhões de euros é justificado pelo pagamento de dívidas vencidas do SNS e pagamentos de comparticipações a beneficiários da ADSE; a Entidade Orçamental detalha que, sem estes efeitos, a aquisição de bens e serviços teria aumentado 6.5% em vez dos 18.3% observados. No caso das transferências correntes, o aumento (+1,858 milhões de euros) é explicado pelos encargos com as pensões e pela contribuição financeira para o Orçamento da UE. Por fim, relativamente ao investimento (+2,218 milhões) salientam-se aqueles concretizados no âmbito do PRR, tais como a capitalização e inovação empresarial; o alojamento estudantil; o reforço da capacidade do SNS; a expansão da rede de metro no Porto; a modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e formação profissional; a modernização e instalação de centros tecnológicos especializados; a aquisição de material circulante ferroviário da CP e a aquisição de equipamentos e requalificação de edifícios pelo SNS e instituições de Ensino Superior, de acordo com a Entidade Orçamental.

- **A execução orçamental em contabilidade pública até agosto continua alinhada com a nossa perspetiva menos positiva para 2026**, contudo a informação disponível parece sugerir que a nossa atual previsão (-0.2% do PIB) seja demasiado negativa, sendo por isso passível de revisão.

Execução Orçamental do total das Administrações Públicas

(Dados acumulados até agosto de cada ano; % PIB, exceto quando mencionado outra medida)

<i>janeiro-agosto</i>	2019	2024	2025	2026	Var. 2026 vs 2019	Taxa variação média 2019-2025 (%)*	Taxa variação 2025-2026 (%)
Receitas	40,0	38,8	39,5	42,6	2,7	9,7	7,9
Receita Fiscal	22,9	21,1	21,8	22,8	-0,1	10,1	4,9
Contribuições Seg. Social	10,2	10,7	11,0	11,7	1,5	9,7	6,8
Despesas	39,7	38,5	38,5	42,5	2,8	5,9	10,4
Despesas com pessoal	9,6	9,3	9,6	10,2	0,5	6,8	5,5
Transferências Correntes	17,2	17,4	17,3	18,2	1,0	6,1	5,3
Aquisição Bens e Serviços	5,5	5,4	5,2	6,2	0,7	6,2	18,3
Juros	3,9	2,5	2,3	2,6	-1,3	1,1	10,4
Investimento	1,9	2,1	2,3	3,4	1,5	7,6	47,5
Saldo Orçamental	0,3	0,3	1,0	0,1	-0,2	-	-

Nota (*): exclui 2020-2022, anos afetados pela pandemia. Para 2023, receita ajustada da transferência do Fundo de Pensões da CGD para a CGA. Fonte: BPI Research, com base nos dados da EO.

Banco BPI, SA - 2026

Tiago Miguel Pereira

e-mail: tiago.miguel.pereira@bancobpi.pt

AVISO SOBRE A PUBLICAÇÃO “NOTA BREVE”

A “Nota breve” é uma publicação elaborada em conjunto pelo BPI Research (DF-EEF) e o CaixaBank Research, que contém informações e opiniões provenientes de fontes que consideramos fiáveis. Este documento possui um propósito meramente informativo, pelo qual o BPI e o CaixaBank não se responsabilizam em caso algum pelo uso que possa ser feito do mesmo. As opiniões e as estimativas são próprias do BPI e do CaixaBank e podem estar sujeitas a alterações sem prévio aviso.